

Fúria financeira no Congresso

Quem entendia que o Congresso não trabalhava, fica obri-gado, agora, a rever sua opinião. Com efeito, anteontem, após ter aprovado na antevéspera, em cinco minutos, o orçamento de 1990, o Legislativo referendou, operosa e celerrimamente, uma série de medidas financeiras que evidenciam, de um lado, sua grande magnanimitade e de outro, a sede insaciável de recursos que aflige o Tesouro Nacional.

É provável que, já com um presidente eleito, tenhamos de verificar que o aumento da base monetária atingiu nível assustador no último mês de 1989, deixando ao futuro governo a espinhosa tarefa de administrar uma liquidez nunca vista na História do Brasil. Ocorre que no final de dezembro torna-se imperioso o fechamento das contas. Assim, o Congresso, sem maiores discussões, aprovou em apenas dois dias nada menos de 36 pedidos de créditos suplementares no montante de 109,4 bilhões de cruzados novos, dos quais 93,4 bilhões provirão, ao que se espera, da colocação de títulos federais.

Cumpre lembrar que a emissão desses títulos fora até agora,

autorizada apenas para rolagem da dívida interna e do serviço dos juros dela resultante. Agora, autorizou-se uma emissão para pagar o funcionalismo público, cuja folha, em dezembro, deverá chegar a 27 bilhões de cruzados novos (contra sete em outubro). Foi nesse exato momento que o governo decidiu fixar um reajuste de 78,64% para o funcionalismo, em janeiro, tendo ainda a coragem de pagar, em três parcelas, até março (quando o sábio teria sido desdobrá-las em 12, reajustadas), a recuperação das perdas salariais dos servidores. Poder-se-ia pensar, porém, que a cobertura dos créditos suplementares através da emissão de títulos não exerce o mesmo impacto resultante de uma emissão monetária. Não podemos deixar de observar, em primeiro lugar, que a colocação desses títulos se fará numa taxa de juros real altíssima, de proporções hoje inimagináveis. Acresce que, nas próximas semanas, a colocação desses papéis poderá tornar-se inviável, forçando seu encaminhamento à carteira do Banco Central, ao qual só restará o recurso de emitir para cobrir tal emissão. Já até o fim da última semana haviam sido colocados

quase 50 bilhões de cruzados novos em títulos e, provavelmente, colocar-se-ão, até o final do ano, mais de 80 bilhões.

O governo, através da Medida Provisória nº 124, descobriu, de maneira um tanto estranha, um meio de reduzir o déficit deste ano. Efetivamente, estabeleceu-se que, se não conseguir emitir neste exercício todos os títulos no montante autorizado pelo Congresso para 1989, ficará o Planalto autorizado a utilizar o saldo remanescente no próximo exercício para cobrir os restos a pagar. Pode-se antever que tais restos serão volumosos e que iniciaremos o próximo exercício com um ônus importante, não previsto, no entanto, no orçamento. Quem acreditava que, no quadro da nova Constituição, se conseguiria maior racionalidade no controle dos gastos do governo, poderá ficar muito decepcionado.

O ministro do Planejamento estaria propenso a, pelo menos, induzir o presidente Sarney a vetar créditos especiais de 1,6 bilhão de cruzados novos (a preço de maio de 1988!)... incluídos pelo Congresso no último momento para atender a projetos meramente eleitoreiros de interesse dos de-

orçamento

putados e senadores. Mas, ao que parece, com tal decisão poderá perder a indexação dos gastos aceita pelo Congresso, embora isso represente um freio aos parlamentares, impedindo-os de introduzir novos gastos não previstos no orçamento.

Em sua fúria legiferante, a Câmara dos Deputados aprovou a instituição de um Fundo de Amparo ao Trabalhador, com recursos do PIS/Pasep, provavelmente já alocados. É verdade que finalmente aceitou cortes de incentivos, mas de maneira tão modesta, a ponto de reduzir a influência de tal decisão sobre o aumento das receitas em 1990.

Poderíamos dizer que, graças a Deus, entra o Legislativo em recesso, por quanto, mantido o seu atual ritmo de trabalho, o PIB não seria suficiente para cobrir todas as despesas que imaginou com recursos inexistentes. É tempo de pensar em fazer as contas para 1989 e 1990. O novo presidente vai verificar que estará assumindo gastos não pagos de 1989, e que os recursos para aqueles de 1990 não passam de ilusão. Pelo menos, não o preocupará a liquidez, que é, porém, a fonte primacial da explosão inflacionista...